

**EMPREENDEDORISMO SOCIAL E COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO NA AGRICULTURA FAMILIAR**

**ELIANE ALVES DA SILVA**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR)

**DÉRCIO BERNARDES DE SOUZA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR)

**GLEIMIRIA BATISTA DA COSTA**

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC

**EUGENIO AVILA PEDROZO**

**TANIA NUNES DA SILVA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS

# EMPREENDEDORISMO SOCIAL E COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO NA AGRICULTURA FAMILIAR

## 1 INTRODUÇÃO

Dees, referido frequentemente como o pai da educação para o empreendedorismo social (DAVIS, 2002), baseia-se no pensamento dos economistas Jean-Baptiste Say e Joseph A. Schumpeter para explicar o seu conceito. Assim sendo, ele afirma que, tal como os empreendedores melhoram a capacidade produtiva da sociedade ao serem os “incentivadores e inovadores do progresso econômico”, os empreendedores sociais fazem o mesmo para a mudança social, desenvolvendo novas combinações de pessoas e recursos que melhoram visivelmente a capacidade da sociedade para resolver os problemas, considerando, desta forma, o empreendedor social como um tipo de empreendedor (DAVIS, 2002; DEES, 2001).

De acordo com Dees (2001), os empreendedores sociais criam valor público, procuram novas oportunidades, inovam e adaptam-se, agem de forma audaz e apresentam um forte sentido de responsabilidade. Sob este ponto de vista, o empreendedorismo social amplia a definição de empreendedorismo ao pôr ênfase na integridade ética e maximização do valor social ao invés de valor privado ou lucro (DAVIS, 2002). Em meio a esses conceitos o cooperativismo, pode ser uma forma de institucionalização para um empreendimento social.

O cooperativismo é norteado por um estilo de administração humanista, por princípios que estabelecem maior vínculo com as pessoas, primando tanto o lucro como o crescimento das pessoas, tendo como meta, promover por meio da união, a sustentabilidade dos menos favorecidos (ACI, 2011). Já o modelo solidário vai muito mais além, pois defende que, para construir esta economia é necessário rever a forma de compreensão do desenvolvimento, garantindo autonomia e fortalecimento das dinâmicas locais, ampliando o protagonismo das lideranças e organizações sociais (ZANCO, 2016).

Há necessidade de se desenvolver uma economia alternativa onde a exploração pode ser evitada, novas perspectivas de ocupação produtiva e reforçar trajetórias de inclusão social e conservação ambiental. Um cenário alternativo e desejado, que contemple um “novo modelo de desenvolvimento”, com interação sistêmica entre atores e instituições para alcançar objetivos de crescimento, inovação, competitividade, equidade e sustentabilidade. Sendo assim, provocar reflexões sobre uma economia solidária, abandonando a tradicional cadeia de valor e oferecendo inovações sociais que tragam desenvolvimento sustentável confere relevância a este estudo. Com base nessa contextualização, a presente pesquisa, tem por objetivo analisar o impacto social do cooperativismo solidário em uma cooperativa de agricultura familiar.

Para atingir o objetivo proposto optou-se por uma pesquisa empírica por meio de um estudo de caso descritivo e qualitativo na Cooperativa de produtos e serviços agrícolas de agricultores familiares dos estados de Rondônia (COOPAFARO), situada no município de Porto Velho. Foram entrevistados 3 cooperados, uma técnica da EMATER-RO e uma representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SEMAGRIC) por meio de entrevistas semiestruturadas e posteriormente analisadas pelos temas empreendedorismo social, economia popular solidária e a relação da economia solidária com desenvolvimento local sustentável.

O artigo está estruturado em 8 seções. Além do presente aspecto contextual introdutório, foram explorados da segunda à quinta seções os referenciais teóricos de empreendedorismo social, cooperativismo e cooperativismo solidário, além do referencial para compreender esses dois tipos de cooperativismo no Brasil. Na sexta seção são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados no estudo. Na sétima seção são discutidos e analisados os resultados encontrados pelo estudo empírico. Como última seção, conclui-se as análises desenvolvidas, bem como propõem-se novos estudos na temática.

## 2 EMPREENDEDORISMO SOCIAL

Há uma vulgarização do conceito de empreendedorismo social, este foi sendo entendido em diversos sentidos, tornando-se confuso (DEES, 2001). Alguns autores o associam à criação de uma organização não lucrativa, outros a empresas com fins lucrativos que integram ações de responsabilidade social e outros, ainda, a empresas sociais com negócios sociais (DEES, 2001). Contudo, existe um consenso na doutrina no sentido de que no empreendedorismo social, a criação de valor social é o objetivo principal. Logo, a criação de valor social consistirá em encarar novos desafios sociais de forma eficaz, por meio de criatividade e inovação no desenvolvimento de modelos de negócios. Por isso é indispensável a criação de valor econômico, considerando a sustentabilidade da iniciativa e autossuficiência financeira (DEES, 2001; MAIR; MARTI, 2006).

Apesar da emergência do empreendedorismo social, tanto a nível acadêmico como empresarial, ainda há alguma tensão na literatura quanto à sua definição exata (CERTO; MILLER, 2008). O número de definições utilizadas para descrever o fenômeno do empreendedorismo social aumentou consideravelmente. De fato, o termo “empreendedorismo social” significa coisas diferentes para pessoas diferentes e significa, também, coisas diferentes para pessoas em locais diferentes (MAIR, 2010). Logo, há um conceito complexo, não existindo na literatura consenso sobre mesmo (ZAHRA, et al., 2008)

Como a primeira vertente do empreendedorismo social, destaca-se a criação de valor social (missão social). Efetivamente, o objetivo do empreendedorismo social é a criação de valor social, por meio de incentivo de mudança social e/ou reparando as necessidades sociais (MAIR; MARTI, 2006; PEREDO; MCCLEAN, 2005) e os empreendedores sociais fazem-no adotando uma missão social (DEES, 2001). A missão social traduzida na criação de valor social representa, portanto, uma das principais dimensões caracterizadoras do empreendedorismo social.

A segunda vertente diz respeito ao impacto social, o que é considerado um diferenciador fundamental (AUSTIN et al., 2006). A este propósito, Dees (2001) menciona que o lucro, a criação de riqueza e a satisfação dos desejos dos clientes constituem meios para atingir um fim social e não o fim em si mesmo. O lucro e a satisfação do cliente não são indicadores da criação de valor, mas sim o impacto social, ou por outras palavras, o desempenho social (Dees, 2001). Porém, Mair e Marti (2006) referem que a avaliação do desempenho social (ou impacto social) é um dos grandes desafios para os profissionais e pesquisadores de empreendedorismo social na medida em que a verdadeira dificuldade pode não ser a medida em si, mas a forma como as medidas podem ser utilizadas para quantificar o desempenho e/ou impacto do empreendedorismo social. Também Austin et al. (2006) indicam que medir a mudança social se transforma numa dificuldade, particularmente, devido a fatores como dimensões temporárias ou diferenças na percepção do impacto social criado.

Outra vertente do empreendedorismo social é a inovação social. Entende-se por inovação social o conjunto de “atividades e serviços inovadores que são motivados pelo objetivo de satisfazer uma necessidade social e que são predominantemente desenvolvidas e difundidas por meio de organizações cujos efeitos primordiais são sociais” (MULGAN, 2007). A inovação social refere-se à inovação tradicional em termos de criação de valor cujo objetivo final é, não só criar valor econômico, como também reforçar a instituição social (HARAYAMA; NITTA, 2011). A inovação social surge da empresa social ou do empreendedorismo social. No entanto, também pode surgir em muitos outros contextos e, embora o empreendedorismo social envolva muitas vezes a inovação, apenas uma pequena minoria de empreendedores sociais cria novos modelos que podem ser replicados (MULGAN, 2007).

A quarta vertente caracterizadora do empreendedorismo é a sustentabilidade. Para Weerawardena e Mort (2006), na mesma medida em que os resultados comprovam o papel principal da missão social, também o esforço constante para garantir a sustentabilidade é importante. No empreendedorismo social, apesar da criação de valor social ser o propósito principal, a criação de valor econômico é imprescindível para garantir a sustentabilidade econômica da iniciativa e autossuficiência financeira (MAIR; MARTI, 2006; OECD, 2010), ou seja, o valor econômico serve objetivos sociais (OECD, 2010). O modelo de negócio tem de seguir a estratégia de impacto social, mas dentro dessa limitação, os empreendedores sociais atuam para desenvolver empreendimentos sustentáveis (DEES, 2011).

A quinta vertente reporta-se aos modelos de governança adotados pelas organizações socialmente empreendedoras. Tais modelos de governança assentam nos valores da transparência, participação, democracia, responsabilidade, autonomia e independência. O poder de decisão não se baseia na propriedade de capital (DEFOURNY; NYSSSENS, 2012). Tal demonstra que a organização aplica o princípio de “um membro, um voto” (DEFOURNY; NYSSSENS, 2012).

Por último, baseando-se na perspectiva europeia, considera-se que a finalidade não lucrativa (ou pelo menos que a finalidade lucrativa não seja a título principal) é outra dimensão caracterizadora do empreendedorismo social. O modo de apropriação do valor econômico não tem, assim, como parâmetro a participação no capital social. De acordo com a perspectiva da EMES, para evitar um comportamento de maximização do lucro, a distribuição dos lucros nas empresas sociais é proibida ou limitada (DEFOURNY; NYSSSENS, 2012).

Uma das dimensões caracterizadoras do empreendedorismo social reporta-se à missão social, traduzida na criação de valor social. Assim, o objetivo primordial do empreendedorismo social será a criação de valor social por meio da satisfação das necessidades sociais que não são atendidas nem pelo sector público nem pelo sector privado do mercado. Esta criação de valor social concretiza-se pelo resultado da produção de bens e/ou serviços, isto é, por intermédio da atividade econômica desenvolvida pela organização (DEFOURNY; NYSSSENS, 2012). Logo a missão social é consequência desta obediência aos princípios cooperativos constante da noção de cooperativa.

### **3 A IDENTIDADE COOPERATIVA E COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO.**

Do conceito de inovação social se retira fundamentalmente, as seguintes notas: criação pela organização não de apenas valor econômico, mas também de valor social, seguindo novas estratégias, beneficiando de oportunidades e desenvolvendo novas formas de interação para dar resposta a questões sociais. A compreensão da inovação social nas cooperativas passa, fundamentalmente, pelo seu confronto com a sociedade comercial.

Assim, como destaca Parnell (2012), as cooperativas caracterizam-se por: a) serem centradas nas pessoas, ao contrário das sociedades comerciais que controladas pelos investidores, centrando-se, por isso, no capital; b) terem sempre um propósito econômico e funcionarem como empresas que operam no mercado, ainda que operando de acordo com os preceitos econômicos da cooperação, o que significa que as cooperativas procuram a otimização de recursos, em vez da maximização de benefícios (como acontece com as sociedades comerciais); c) funcionarem sob posse e controle dos seus membros; d) assentarem nos valores de autoajuda e ajuda mútua; e) existirem principalmente para benefício dos seus membros; f) reinvestirem os seus benefícios na organização, afetando-os a reservas; g) basearem-se na genuína cooperação; h) e, por último, assentaram na regra da distribuição desinteressada.

Já o Cooperativismo Solidário é pautado pela concepção de que os empreendimentos solidários manifestam outro modo de produção, ou uma outra economia (CATTANI, 2003). Essas organizações funcionam na base da solidariedade, autogestão e cooperação e se

fortalecem a partir da busca pela igualdade social, na autonomia institucional e na gestão democrática, com participação e igualdade social (BRASIL, 2015). Seu objetivo não é a busca pelo lucro, mas pela promoção do desenvolvimento com inclusão social, produtiva, cultural, econômica dos associados e da comunidade local. Diferente das empresas tradicionais, o Cooperativismo Solidário entende a organização como sistema cultural, simbólico e imaginário que avança no envolvimento das pessoas para além do capital.

O Cooperativismo é norteado por um estilo de administração humanista, por princípios que estabelecem maior vínculo com as pessoas, primando tanto o lucro como o crescimento das pessoas, tendo como meta, promover por meio da união, a sustentabilidade dos menos favorecidos. O desafio do gestor de cooperativas é corroborar para o crescimento das pessoas, por isso, o esforço de gerir uma cooperativa auto gestonária passa pelos esforços de se comunicar e de relacionar permanentemente com os sócios e clientes, buscando garantir o funcionamento da organização auto gestonária e a sua sobrevivência no mercado, mantendo-se na ótica do solidário que busca inclusão sustentável, valorização da diversidade ambiental, soberania e identidade regional, em síntese, outra economia. Quem escreveu?

A agência requer capacidade de organização e não simplesmente capacidade cognitiva, poder persuasivo ou carisma, “é o poder composto pela associação de muitos atores e um dado esquema político e social” (LATOURETTE, 2012). No contexto atual, as cooperativas fundamentam sua estrutura organizacional no conceito de “capital social”, definindo-o como “principal característica da organização social e econômica, fundamentando suas relações na confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade”.

As particularidades das Organizações Cooperativas diante da outra economia demandam profissionais com conhecimento multidisciplinar nas áreas administrativas e sociais, os quais necessitam ser aplicados ao quadro social e não apenas ao mercado. Neste meio, a profissionalização nas Cooperativas é necessária, mas não viabilizada unicamente pelo conhecimento técnico, pois a identidade e o compromisso com a causa do Cooperativismo são qualidades necessárias aos Diretores, Funcionários e Cooperados, somente com ações diretas e complementares, entre esses públicos, o Cooperativismo poderá ser viável (PINHO, 2004).

O modelo solidário defende que, para construir esta economia é necessário rever a forma de compreensão do desenvolvimento, garantindo autonomia e fortalecimento das dinâmicas locais, ampliando o protagonismo das lideranças e organizações sociais (ZANCO, 2016). Esse cooperativismo defende estratégias de desenvolvimento, procurando conciliar a necessidade de desenvolvimento econômico, com a inclusão social e fortalecimento das pessoas, pois somente com participação ativa das pessoas o desenvolvimento será sustentável, com a construção de propostas, aprovação de Leis e execução de programas estruturais. (UNICAFES, 2018).

O empoderamento não depende de características das pessoas beneficiadas ou da intervenção de experts que objetivam desenvolver habilidades adequadas, mas depende, crucialmente, das redes e das capacidades estratégicas que inter-relacionam os projetos dos atores particulares com outros e da expansão do espaço de interface (LONG, 2001).

Neste contexto surge a noção de agência, como capacidade de fazer estas coisas, afirmando que todos os atores exercem um determinado tipo de poder, mesmo aqueles em posições de extrema subordinação. O cooperativismo é ferramenta importante capaz de viabilizar a permanência da agricultura familiar no campo e identificar instrumentos para promoção do desenvolvimento contemplando as dimensões econômica, social e humana. O desenvolvimento econômico, como discutido sob a ótica de vários autores, advém, entre outros fatores, de um processo de geração e distribuição de renda, de forma justa e igualitária entre os indivíduos de uma população (UNICAFES, 2018).

O Cooperativismo Solidário abriga vários segmentos sociais, mas sua origem é fortemente arraigada pelos movimentos sociais do campo e com relação direta com a agricultura

familiar. Sua fundação é marcada com um movimento de resistência política e ideológica que é constituído para força as pessoas que se encontravam à margem dos processos de desenvolvimento. As Cooperativas Solidárias são marcadas pelas relações de proximidade, pela relação direta entre os diretores da cooperativa e os seus associados, gerando assim maior confiabilidade nas relações internas e externas do segmento (UNICAFES, 2018).

#### **4 O COOPERATIVISMO NO BRASIL**

Fernandes (1995), Schneider (2010), Frantz (2001), destacam que sua origem pode ser encontrada no ano de 1600, realizados pelas primeiras reduções jesuíticas. Seguindo a matriz histórica do reconhecimento internacional, verificam-se também, várias versões sobre a fundação e formalização do movimento no Brasil. A versão mais citada destaca que em 1841, o imigrante francês Jules Mure instituiu uma Colônia de Produção e de Consumo no município de São Francisco do Sul no Estado de Santa Catarina. Em 1847, o também francês Jean Maurice Faivre fundou a Colônia Agrícola Tereza Cristina no município Cândido de Abreu no Estado do Paraná. Esses casos são citados como exemplos de pré-cooperativismo, ainda sem reconhecimento formal (FERNANDES, 1995).

No início do século XX, o Cooperativismo começou a se delinear no Brasil, influenciado pela religiosidade e pelo pensamento político dos imigrantes. O movimento seguiu, principalmente, o chamado modelo alemão, de Friedrich Wilhelm Raiffeisen, pioneiro do Cooperativismo, da Economia Social, Solidária e do regime de crédito mútuo, inspirador do movimento do sindicalismo agrícola, dos finais do século XIX, em muitos países Europeus, que Os registros oficiais reconhecem formalmente como primeira Cooperativa do Brasil, a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos, no município de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais, iniciativa de Consumo constituída em 1889. Ainda no século XIX, nasceram as Cooperativas Agropecuárias, ramo que se destacou no Cooperativismo brasileiro. A primeira registrada foi a Società Cooperativa delle Convenzioni Agricoli, fundada no Rio Grande do Sul, na região de Veranópolis, em 1891 (MANCE, 2002). Esse modelo organizacional defendia a Educação Cooperativista para estimular a solidariedade entre as pessoas, a união de todo o sistema na defesa dos interesses comuns e a distinção entre o Cooperativismo e a Economia de Mercado, sendo marcado pelo comprometimento com a justiça social (PINHO, 2004).

O início da história do cooperativismo no Brasil é marcado por uma estrutura autoritária, na qual os interesses dos agricultores familiares não eram considerados. Suas iniciativas eram para produção exportadora, privilegiando a monocultura, agricultores que detinham grandes extensões de terra. A partir da crise econômica mundial no final dos anos 1920, o governo brasileiro redefine suas estratégias de produção incentivando a constituição de cooperativas agropecuárias, sobretudo as cooperativas que conseguissem escoar a produção da pequena propriedade (COSTA et al., 2015).

Por conta disso milhares de cooperativas surgiram no Brasil nos dois primeiros terços do século XX, trazendo benefícios para comunidades locais, sendo que algumas organizações chegaram a construir certo grau de articulação estadual ou federal. Todavia, após o golpe militar de 1964, o movimento cooperativista nacional sofreu um duro revés: além de reduzir a sua presença em termos numéricos, perdeu vigor social o que redundou na formação de organizações cooperativas sem bases comunitárias (UNICAFES, 2018).

Para consolidar essa forma intervenção, em 1971 o regime autoritário promulga a Lei. 5.764 com avanços para a organização cooperativista. As estratégias de expansão do setor eram mediadas pelos interesses de governantes conservadores, do poderio econômico local ou regional e de grupos de médios e grandes produtores, que obtinham acesso aos recursos públicos advindos das políticas de modernização conservadora da agricultura. Afora algumas

cooperativas que se agigantaram e prosperaram em termos econômicos, a maioria das experiências acabou sendo eliminada e outras foram formadas de maneira pouco democrática, deturpando os princípios cooperativistas e prejudicando a reformulação de processos organizacionais (ZANCO, 2016).

Como efeito da lei a partir dos anos 1970, aconteceu avanço expressivo no ramo crédito e agropecuário que além de se tornar hegemônicos em relação aos demais ramos, os sistemas cooperativos agropecuários vivenciaram um processo de verticalização, realizando fusões, liquidações e incorporações das cooperativas de caráter local, por unidades regionais focadas em atividades de alta rentabilidade econômica (UNICAFES, 2018).

Embora segmento cooperativista fosse incluído já na Constituição Federal de 1891 que garantiu aos trabalhadores o direito de se associarem em Cooperativas e em Sindicatos, esse início é marcado por uma estrutura autoritária, na qual os interesses dos agricultores familiares não foram considerados. Pois, as iniciativas do cooperativismo voltavam-se para a produção exportadora, privilegiando a monocultura, agricultores que detinham grandes extensões de terra. A partir da crise econômica mundial no final dos anos 1920, o governo brasileiro redefine suas estratégias de produção incentivando a constituição de cooperativas agropecuárias, sobretudo as cooperativas que conseguissem escoar a produção da pequena propriedade (COSTA et al., 2015).

No Brasil, desde a década de 1930, o cooperativismo constituiu-se em um importante instrumento de política agrícola. Década na qual as Cooperativas foram definidas como Sociedades de Pessoas, e não de Capital, e tiveram garantida a isenção de alguns impostos por meio do Decreto 22.239. No final dos anos 1950, com o objetivo de modernizar a agricultura o forte estímulo estatal transformou-o em um dos principais indutores do desenvolvimento rural e de uma melhor inserção do país no mercado internacional. Importante ressaltar que durante os processos de concentração organizacional, de crescimento econômico e de expansão territorial, o cooperativismo agrícola foi acumulando contradições e crises, apresentando limites e alterando suas estratégias de atuação. O processo de autogestão ocorrido no final dos anos 1980 marca o início de uma nova fase orientada tanto para uma dinamização das atividades econômicas e um maior investimento em novas tecnologias, quanto para uma estratégia de atuação política mais efetiva (UNICAFES, 2018).

A situação começou a se alterar após a Constituição de 1988, embora por muitos anos, o país tivesse ainda que conviver sob o predomínio das políticas neoliberais e da visão do “estado mínimo”, o que muitas vezes ratificava as antigas preferências dos gestores públicos pelo modelo do cooperativismo empresarial (ZANCO, 2016). As cooperativas agrícolas, não apenas se tornaram o elo entre a Agricultura e os sistemas modernos de produção, contribuindo para que as unidades agrícolas adquirissem perfil empresarial, como também articularam produtores, instituições públicas de fomento e mercado consumidor.

Na década de 1980, as organizações controladoras do cooperativismo brasileiro se mantiveram distantes das lutas pela redemocratização política do país e das discussões sobre os impactos negativos gerados pela adoção do modelo agrícola baseado na “Revolução Verde”. Além de se transformarem em meros entrepostos comerciais, as cooperativas tradicionais programaram medidas de seleção dos associados, priorizando a criação de sistemas produtivos voltados à exportação e a instalação de sistemas de integração que viabilizavam a formação de complexos agroindustriais de médio e grande porte, reafirmando um modelo de exploração predatório cujas consequências ambientais estão sendo sentidas em várias regiões (UNICAFES, 2018).

Ao longo da década de 1990, a falta de recursos oficiais se aliou a diminuição ingerência dos governos na gestão das cooperativas. Por outro lado, a estabilidade monetária e ampliação, da visão associativa como meio de transformação econômico-social da população volta a

expandir o cooperativismo no Brasil, sendo que boa parte desse processo ocorre de forma espontânea e sem seguir estratégias unificadas nacionalmente (UNICAFES, 2018).

Milhares de novas cooperativas se constituíram nas mais diferentes áreas, levando a formação dos ramos cooperativos reconhecidos atualmente. Nos últimos anos do século XXI, o movimento cooperativista brasileiro sofreu uma bifurcação, apresentando-se hoje sob duas formas ideologicamente diferentes de organização e de representação das forças sociais presentes no campo: o cooperativismo empresarial/tradicional e o cooperativismo popular/de resistência reconhecido no Projeto de Lei 519/2015 como Cooperativismo Solidário.

## **5 COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO NO BRASIL**

Entre os anos 1995 e 2005, ocorreram vários processos de articulação destas Cooperativas, com realização de vários encontros de porte territorial e nacional, sendo constatada a necessidade de construção de novos instrumentos de representação que fossem constituídos de forma legítima e participativa (UNICAFES, 2018)

A partir da década de 1990, ao lado das cooperativas empresárias e de processos isolados, surgem alguns movimentos articulados de constituição de cooperativas com base expressiva na agricultura familiar com fundamentação no princípio da Economia Solidária. Por se formarem fora dos esquemas tradicionais do cooperativismo, na época, essas organizações ficaram mais conhecidas pelos adjetivos “alternativas, populares e/ou participativas”, pelo forte vínculo social. São cooperativas que atuavam especialmente no ramo do crédito, produção agropecuária, trabalho e serviços (UNICAFES, 2018).

O termo “solidário”, que grande parte dessas cooperativas passou a se auto adjetivar posteriormente, além demarcar um campo político próprio de articulação que emergiu dentro do cooperativismo brasileiro, pretendeu sinalizar um conjunto de procedimentos que norteavam o funcionamento dessas organizações e que futuramente geraria uma organização de representação nacional. Com advento dos movimentos de luta pela democratização do Estado Brasileiro, há uma retomada dos movimentos sindicais e ressurgem a ideia do cooperativismo como instrumento de democratização econômica dos trabalhadores e do país. A base fundante da organização cooperativa é articular pessoas em torno de um objetivo comum, e em meados de 1990, o cooperativismo desponta como a estratégia das organizações e movimentos sociais para retomar o ideário democrático (UNICAFES, 2018).

Este cooperativismo que renasce das bases dos movimentos sociais urbanos e rurais, têm uma intenção muito semelhante ao movimento cooperativo de vertente socialista que nasceu na Europa amparado pela finalidade de inclusão econômica e social, de trabalhadores que enfrentavam problemas causados pelo modelo de desenvolvimento. Notadamente, a partir de 1990, quando o país viveu a fase de abertura comercial e as empresas do setor produtivo tiveram a necessidade de reestruturação como exigência para sua sobrevivência e inserção no mercado competitivo internacional (UNICAFES, 2018).

Segundo Calgaro (2016). As exigências provocaram crescimento da reserva de trabalhadores pelo enxugamento no número de vagas de trabalho, gerando desemprego no setor industrial e alocação de parte da reserva no setor de serviços. Esta nova conjuntura de grande desemprego, colocou trabalhadores na necessidade de assumir a indústria, afora falida, para que pudesse ter o trabalho e dele sobreviver com sua família. A mudança de trabalhador empregado, para trabalhador proprietário, gera um conjunto de novas atitudes nos trabalhadores envolvidos.

Tal mudança requer alterações nas exigências historicamente construídas (de trabalhador alienado). Ampliam-se, tantas funções quanto às responsabilidades, que exigem maior nível de informação, capacidade para participar e argumentar em discussões e deliberar assuntos de interesse da cooperativa, da participação ativa decorre da autonomia, de



autodeterminação e de autorrealização dos indivíduos como trabalhadores proprietários. (CALGARO, 2016).

Assim como o movimento de Rochdale, o movimento do Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária também foi construído e gestado durante períodos de recessão econômica e restrição das políticas de desenvolvimentos. Este contexto gerou um movimento de resistência política, social e econômica. Esse processo gera articulações de porte setorial e organização representativa do Cooperativismo da Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Economia Solidária (UNICAFES, 2018).

O Cooperativismo Solidário é pautado pela concepção de que os empreendimentos solidários manifestam outro modo de produção, ou uma outra economia (CATTANI, 2003). Essas organizações funcionam na base da solidariedade, autogestão e cooperação e se fortalecem a partir da busca pela igualdade social, na autonomia institucional e na gestão democrática, com participação e igualdade social (BRASIL, 2015). Diferente das empresas tradicionais, o Cooperativismo Solidário entende a organização como sistema cultural, simbólico e imaginário que avança no envolvimento das pessoas para além do capital.

## **6 METODOLOGIA**

O estudo caracteriza-se por ser qualitativo. Neste tipo de investigação, os pesquisadores estão interessados em entender “como as pessoas dão sentido ao seu mundo e quais as experiências que têm no mundo” (MERRIAM, 2009). Para analisar o impacto do cooperativismo solidário em uma cooperativa de agricultura familiar utilizou-se do estudo de caso. Este por sua vez, é o método mais adequado quando se trata de investigar um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, particularmente, quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (YIN, 2009).

Conforme Merriam (2009) este artigo assume as seguintes características para um caso de estudo qualitativo: particular, pois tem como foco uma determinada situação, acontecimento, fenômeno ou programa; holístico, pois tem em conta a realidade na sua globalidade; indutivo, pois a maioria deste tipo de estudo tem como base o raciocínio indutivo; heurístico, pois conduz ao entendimento do fenômeno estudado; descritivo, pois o trabalho quando concluído é uma descrição do fenômeno estudado.

Houve uma variedade de fontes de informação: documentação, documentos de arquivo, entrevistas, artefatos físicos, observação participante (YIN, 2009). A utilização de fontes múltiplas é associada a uma maior credibilidade, uma vez que permite triangular os dados recolhidos e dar maior sentido às conclusões apresentadas na investigação (EISENHARDT, 1989). Assim, procurou-se cruzar as 3 fontes de informação para que as conclusões retiradas respondessem às questões de investigação.

A realização de entrevistas concede ao investigador um maior grau de profundidade dos elementos de análise, bem como uma grande flexibilidade, permitindo recolher testemunhos e interpretações (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2003). Neste estudo, um dos métodos adotados para a coleta de dados recaiu sobre entrevistas semiestruturadas. Este tipo de entrevista define um conjunto de tópicos a abordar e tem como vantagem a flexibilidade na exploração de respostas (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2003; SOUSA; BAPTISTA, 2011). Esta escolha permitiu um conhecimento profundo para alcançar o objetivo do estudo.

A organização escolhida para prosseguir com o objetivo desta investigação foi a Cooperativa de produtos e serviços agrícolas de agricultores familiares dos estados de Rondônia (COOPAFARO), filiada à UNICAFES (União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária). Essa organização entende que as cooperativas solidárias se configuram como um instrumento importante para se alterar o ambiente social e econômico de todas as regiões do Brasil (ZANCO et al, 2018).

Foram entrevistados 3 cooperados, uma técnica da EMATER-RO e uma representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SEMAGRIC). Em acordo com Gil (2007) definiram-se como categorias analíticas os temas empreendedorismo social, economia popular solidária e a relação desta como desenvolvimento local sustentável. O quadro 01 apresenta as categorias de análise.

**Quadro 1 – Abordagem temática e categorias de análise.**

<b>Abordagem temática</b>	<b>Categorias de análise</b>
Empreendedorismo Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Considera que os projetos da cooperativa possuem caráter de inovação social e esses produzem impacto social?</li> <li>▪ Considera a missão da cooperativa uma missão social? Por quais motivos?</li> </ul>
Economia Popular Solidária	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A COOPAFARO pode ser considerada um empreendimento proveniente da economia solidária?</li> <li>▪ Qual a relação da COOPAFARO, com outras entidades, como instituições de ensino e pesquisa, extensionistas, poder público?</li> </ul>
Economia Popular solidária e a relação com o desenvolvimento local sustentável	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Como acontece a relação da abordagem da economia popular solidária como alternativa ao desenvolvimento local sustentável, relacionada à experiência da COOPAFARO?</li> </ul>

Fonte: Autores

Com base nos dados coletados, buscou-se analisar as respectivas categorias de análise a luz das abordagens teóricas apresentadas.

## **7 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A criação pela organização de valor social, por meio de novas estratégias, beneficiando de oportunidades e desenvolvendo novas formas de interação para dar resposta a questões sociais, foi observada por meio das declarações de um dos cooperados.

No início tudo é muito difícil né quando a gente começou aí muito tempo atrás era bem pequenininho a nossa estrutura nois entregava numa moto numa carretinha e a gente se programava para fazer a entrega em dois dias e a nossa propriedade da 80 km da cidade então tinha uma grande dificuldade e todos os produtores vinha a até a cidade para trazer os produtos deles, entendeu? Então com a dificuldade que a gente tinha para poder todo mundo se locomover a gente primeiro teve uma associação no Joana D'arc aonde criamos ali uma comissão que vinha fazer esse trabalho, não precisava todos os produtores vir [...] E aí depois a gente pegou e achou melhor criar uma cooperativa aí nois só foi crescendo e dentro da cooperativa a gente tem várias comissão para poder fazer a entrega a parte da logística (Entrevistado A).

Neste recorte, observa-se a inovação social veio por meio da criação da cooperativa e suas comissões para se dividir as tarefas entre os cooperados. Como impacto social gerado, houve maior produtividade no campo, melhor distribuição dos produtos, aumento do ganho financeiro e melhores relacionamentos interpessoais entre os produtores, onde segundo fala do cooperado deixaram de ser concorrentes para trabalharem juntos.

Antes ficava muito disputado, 5 vizinhos ali traziam o mesmo produto muita das vezes, traziam para poder vender no mesmo local, faziam uma concorrência entre eles mesmos. E hoje já facilitou, e por ser meio de cooperativa nós temos uma facilidade a mais para poder atender esses órgãos públicos [...] com isso nós ganhamos melhores preços, nós vendemo quantidade maior, tem todo esse melhoramento através da cooperativa, facilitou muito a vida dos cooperados, todo mundo deixa de ser concorrente para trabalhar junto (Entrevistado A).

Quando questionados sobre a missão social da cooperativa, os entrevistados exemplificaram com algumas situações em que perceberam melhorias. Neste caso o entrevistado “A” fala como a cooperativa se encontra hoje, enfatizando o aumento do número de cooperados e como a estrutura que atende os agricultores melhorou em relação ao que era antes. A cooperativa consegue fortalecer os cooperados que possuem Declaração de aptidão ao PRONAF (DAP). Esse instrumento qualifica a família como da agricultura familiar, permitindo que o produtor entre nos programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Após adquirirem essa declaração os produtores também precisam de um projeto de venda de gêneros alimentícios da agricultura familiar obtida junto a EMATER-RO. Os técnicos da EMATER visitam as propriedades semanalmente, tentando conciliar a demanda de produtos procurados pelas secretarias de educação, no caso do PNAE ou pela CONAB, no caso do PAA. Porém os agricultores que não conseguem a DAP, não podem entrar nesses programas individualmente, logo eles dependem totalmente da cooperativa para comercializar seus produtos.

E hoje nós estamos muito melhor fazer entrega nós temos pessoas diretamente né trabalhando, os outros na parte da entrega a parte da logística [...] E hoje nós estamos muito melhor nós estamos hoje com caminhão baú, nós temos um carro pequeno para fazer entrega, 11 pessoas diretamente né trabalhando [...] Começamos com 15 cooperados né, hoje está aproximadamente 22 com DAP nós temos o total de 50 cooperado 20 com DAP, nós temos mais 15 que tão agora aderindo junto, então vamos agregar quase 70 pessoas (Entrevistado A).

Outro cooperado mencionou um exemplo pessoal de como era antes de haver toda essa organização na formação do cooperativismo solidário. Para ele e sua família era inviável permanecer no campo. Naquela época costumavam até ter empregos não relacionados com a agricultura familiar para garantir sua subsistência.

Eu me recordo que quando era jovem, nos manter na propriedade somente com o dinheiro arrecadado e ganhar do próprio sítio era muito difícil muito difícil, é nós plantávamos para subsistência também nessa época, mas sempre tínhamos que sair para fora para trabalhar, porque infelizmente o produto que você plantava, você não vendia, se vendia, você tinha que vender super barato. Não pagava nem os custos, não pagava a adubação que naquela época era pouco, mas fazíamos também, né. então era tudo rudimentar, né, irrigação impensável você não podia, porque era tudo caro, você não tinha investimento do governo em nada, o governo não te apoiava (Entrevistado B).

Esse entrevistado demonstrou uma preocupação sobre o descaso com algumas políticas públicas em relação à cooperativismo solidário. Ele ressalta que se essa forma de organização acabar, como ficaria o pequeno produtor. Para ele a cooperativa possui uma missão social muito clara.

Quem sabe, será que vai haver novamente o êxodo rural? Novamente? O homem do campo vai vir para a cidade? Aí vai super popular a metrópole e deixar o campo jogado ao léu, virar pasto, ou o grande latifundiário vai plantar soja, né, e aí, a agricultura básica que é o que alimenta, a melancia, a verdura, a banana, que vários produtores trazem pouquinho a pouco garantindo a subsistência de sua família, vai deixar de existir? (Entrevistado B)

Sobre o questionamento se a COOPAFARO pode ser considerada um empreendimento proveniente de economia solidária, cabe analisar com um pouco mais de profundidade a afirmação de um dos entrevistados.

Mas nós somos também associado na UNICAFES de Ji-Paraná e aí a gente sempre faz curso, já tivemos em Foz do Iguaçu, me lembro que eu passei em Foz do Iguaçu, eles tem uma experiência muito muito, são os pioneiros de Rondônia [...] Eles nos ajudaram muito, eles nos oriento na parte de gestão, entendeu, foi eles que nos orientaram muito e nos tem ajudado muito, com o conhecimento que eles tem passando pra gente (Entrevistado A).

A UNICAFES (União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária). Essa organização entende que as cooperativas solidárias se configuram como um instrumento importante para se alterar o ambiente social e econômico de todas as regiões do Brasil (ZANCO et al., 2018). Suas diretrizes são bases orientadoras para ações dos diversos ramos cooperativos, e, são inseridas nas estratégias de ação das cooperativas associadas e das centrais, fundamentando a relação entre os ramos cooperativos e as diretrizes defendidas pelo Cooperativismo Solidário (UNICAFES, 2017a; ZANCO et al., 2018). Portanto o fato de a COOPEFARO estar vinculada à UNICAFES, já é um forte indicio que é um empreendimento voltado para a economia solidária.

Essa instituição promove o Programa de Educação do Cooperativismo Solidário (PECSOL), do qual tem como objetivo geral realizar ações de educação e ações de educação e formação cooperativista para qualificação da gestão e governança das cooperativas da agricultura familiar e economia solidaria filiadas ao sistema UNICAFES (UNICAFES, 2017b). Na realização do projeto piloto em Rondônia, o PECSOL tem como objetivo preliminar oferecer aos agricultores familiares organizados em cooperativas filiadas a UNICAFES/RO, formação inicial e continuada, com intuito de possibilitar um conhecimento ampliado na área de gestão e governança das cooperativas, ampliando assim as oportunidades de qualificação de produção, comercialização, além de possibilitar avanços de atributos como a autonomia, autoestima, conhecimento, empreendedorismo e assim promover a participação das cooperativas nos diversos espaços de poder e decisão (UNICAFES, 2017b).

As atividades formativas tem como missão realizar ações de educação e formação cooperativista para qualificação da participação, gestão e governança das cooperativas filiadas no Sistema UNICAFES, buscando ampliar instrumentos para consolidação das redes de cooperação, com fomento às práticas e iniciativas de autogestão, de integração de setores com estruturação de complexos de produção, comercialização e consumo. Esses instrumentos ajudam intercooperação e aprendizado mútuo entre os empreendimentos (UNICAFES, 2017b).

Segundo a UNICAFES (UNICAFES, 2017b), o esquecimento da participação social e da Educação Cooperativista por parte dos cooperados é um dos principais problemas encontrados nas cooperativas, por isso os gestores precisam fortalecer a sua relevância no desenvolvimento da gestão cooperativa, podendo, dessa forma alcançar os seus objetivos, sendo fundamental fortalecer as estratégias de educação e aprendizagem cooperativista, com programas de porte geral, executado com várias organizações em paralelo.

Sobre as relações da COOPAFARO com a EMATER, coube analisar as seguintes declarações tanto de um dos cooperados quanto da técnica da EMATER-RO.

Nós temos uma parceria com a EMATER, eles tem nos ajudado [...] (Entrevistado A)

[...] A EMATER incentiva e orienta muitos produtores quanto a embalagem, porque essa produção que vai ser entregue nas escolas, vai ser entregue para as famílias carentes, são pessoas né, que vão tá alimentando, então o produto tem que ser de boa qualidade, o produto não pode ter agrotóxico, é uma coisa que tem que ser orgânico de verdade, porque são alunos que vão usar [...] Esse mês passado a EMATER fez até uma capacitação... vou até te mostrar... nós fizemos uma cartilha de boas práticas, fabricação e manipulação de alimentos para os produtores feirantes (Entrevistada C).

A EMATER presta uma assessoria muito aos produtores rurais, não somente nos projetos de venda para a cooperativa participar de programas como o PNAE e o PAA, mas também na produção e no manuseio de seus produtos. Outro retorno positivo foi o programa voltado para ações práticas de agroecologia, que atende a diversos sistemas das unidades de produção familiar, se voltando para a área vegetal com maior destaque para a produção de hortaliças e sistemas agroflorestais. A agroecologia fortalece circuitos locais e regionais e também redes de comercialização, valorizando a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, além de incentivar hábitos alimentares saudáveis e estimular o associativismo (EMATER-RO, 2019).

Outro exemplo de interação entre a COOPAFARO com o poder público é a participação junto ao Programa Municipal de Alimentação (PMAE), que seria um complemento ao PNAE. Esse programa complementar além de melhorar a alimentação dos alunos, oferece preços mais competitivos para os agricultores. Outra medida que reforçou o escoamento de produtos da agricultura familiar, foi a Lei municipal 2.543, de 24 de setembro de 2018. Por meio desta foi instituído o Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PMAAF), que tem como diretrizes o estímulo à organização de núcleos de produção nas comunidades rurais e a aquisição de alimentos produzidos pelos agricultores da agricultura familiar, na modalidade compra com doação simultânea e tem como parâmetro o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) criado pelo Artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de Julho de 2003. Nota-se que ambas iniciativas privilegiam a agricultura familiar, o que denota o reconhecimento da administração do município sobre os benefícios promovidos pelo cooperativismo solidário.

Resultante de um empreendimento proveniente da economia popular solidária percebe-se os reflexos no desenvolvimento local sustentável. Foi entrevistado um produtor rural, do qual possui uma agroindústria de poupa de frutas, que emprega 10 pessoas em sua propriedade. Além de atender as políticas públicas voltadas para a alimentação, já consegue produzir excedente para ser vendido no comércio local. Hoje esse cooperado atende a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e a Secretaria de Educação do Estado (SEDUC) e ainda consegue vender seu excedente para o mercado.

[...] Eu não tinha documento ainda necessário para poder participar da venda direta da merenda escolar, né, eu tinha a documentação da poupa, mas não era as exigências, que não atendia as exigências da SEMED [...] Então nós vendia mais era banana, melancia, frutas e verduras [...] Hoje eu atendo mais mercado, nós vendemos pra SEMED, pra SEDUC e nós vendemos também para outro mercado aqui da região, padarias, lanchonetes, né, e nós vendemos, fornecemos também banana. Hoje nós também tamo mais estruturado, tem a cooperativa que dá o apoio pra gente também (Entrevistado D).

Outros exemplos em que o cooperativismo solidário está promovendo o desenvolvimento sustentável se observa nas falas do entrevistado A.

Lá nois temos o depósito onde nois deixamos os produtos perecíveis, o iogurte e poupa de fruta e temos o galpão lá na área rural que é o barracão da cooperativa, mas lá pra deixar esses produtos, nois tava tendo muita perca, porque tinha dia que acabava energia e ficava até 3 dias sem energia [...] e aí dificultava muito e aí com isso a gente criou aqui o escritório pra gente poder fazer a parte burocrática e aí também o depósito pra gente poder armazenar o produto que a gente traz pra poder distribuir pras escolas. Depois que a gente criou o escritório e o depósito pra nós melhorou cem por cento (Entrevistado A).

Nós temos interesse de mexer com frango caipira, e tal, mas ainda, há uma burocracia que junto com nosso prefeito e secretários vamos resolver e ficar apto para responder às exigências, a intenção é criar essas agroindústrias para poder, vender, fortalecer mais a renda do produtor ainda. Com peixe estamos trabalhando agora (Entrevistado A).

Vale ressaltar, que a COOPEFARO não atende apenas agricultores familiares de Porto Velho, mas também do Distrito Joana D'arc, cidades como Bandeirantes, Itapuã e Ariquemes. Os resultados tem sido positivos, pois antes da cooperativa, os agricultores não conseguiam vender todos os seus produtos, já atualmente, quando questionados sobre venda de seu excedente nas feiras, obteve-se a seguinte resposta:

[...] na verdade, nois ainda não conseguimos abranger todo esse mercado, nois tamos incentivando nossos produtores pra gente poder criar uma fonte hoje no município para poder trabalhar na área privada e pra poder atacar mais o mercado, oferecer o nosso produto e levar um produto de qualidade para as pessoas de Porto Velho (Entrevistado A).

Após analisar as categorias, verificou-se que é a satisfação dos desejos dos clientes, no caso instituições que recebem produtos oriundos de políticas públicas como PNAE e PAA, são meios para atingir um fim social. A mudança social ocorre por meio do cooperativismo solidário. A COOPAFARO funciona com solidariedade, autogestão e cooperação e se fortalece a partir da busca pela igualdade social, na autonomia institucional e na gestão democrática, com participação e igualdade social. A intensificação agrícola sustentável pode ser a resposta para uma maior segurança alimentar, proteção ambiental e redução da pobreza. Com sua imensa experiência coletiva e conhecimento íntimo das condições locais, os pequenos proprietários detêm muitas das soluções práticas que podem ajudar a colocar a agricultura em uma base mais sustentável e equitativa. Para fazer isso, eles precisam de ajuda para superar as falhas do mercado, desincentivos ao uso sustentável da terra, altos custos de transação e apoio institucional.

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Analisar o impacto social do cooperativismo solidário em uma cooperativa de agricultura familiar envolve a compreensão de vários aspectos, que permeiam desde o que pode ser considerado empreendedorismo social, o que pode ser uma economia solidária e o que seria desenvolvimento sustentável. Após apropriação desses conceitos analisar as entrevistas e documentos em busca de se retratar o impacto social se tornou mais fácil. Por meio da análise de seus diálogos foi possível perceber como vivenciam na prática o conhecimento adquirido nas atividades formativas da UNICAFES. O senso de união e colaboração para atingir seus objetivos, beneficiando todos os cooperados, seja por inovações sociais, sua missão, seu modelo de governança e sua sustentabilidade.

Há necessidade que surjam mais estudos que busquem descrever empiricamente esses impactos sociais para que a base de discussões sobre esses 3 temas aumente. Porém, a avaliação do desempenho social é um dos grandes desafios para os profissionais e pesquisadores na medida em que a verdadeira dificuldade pode não ser a medida em si, mas a forma como as medidas podem ser utilizadas para quantificar o desempenho do impacto do empreendedorismo social.

Sobre o cooperativismo solidário, vertente ainda pouco conhecida do cooperativismo, também deve-se desenvolver mais estudos. Acompanhar o Projeto de Lei 519/2015 e seus possíveis impactos. Durante a pesquisa notou-se a necessidade de se desenvolver mais estudos sobre políticas públicas que que incentivam a agricultura familiar, como o PNAE, PAA ou PRONAF. Acompanhar outras cooperativas filiadas à UNICAFES, também permitirá a comparação de diferentes realidades contribuindo para futuras aprendizagens sobre empreendedorismo social e economia solidária.

## Referências

ACI – International Co-operative Alliance. Disponível em: <http://www.ica.coop>. Acesso em: 08 jun. 2019.

AUSTIN, J.; WEI-SKILLERN, J. E.; STEVENSON, H. Social and Commercial Entrepreneurship: Same, Different, or Both?. *Entrepreneurship Theory and Practice*, v. 30, n. 1, p. 1-22, 2006. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1540-6520.2006.00107.x/pdf>. Acesso em: 08 jun. 2019.

BRASIL, Projeto de Lei 519 de 27 de fevereiro de 2015. Define a Política Nacional das sociedades cooperativas e da política nacional de cooperativismo. In: Senado Federal, Brasília, DF, 27 de Fev. 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=953932>. Acesso em: 08 jun. 2019.

CALGARO, R. Cooperativismo(s) brasileiro: hibridismo e contradições na caminhada das cooperativas. *Gestão e Desenvolvimento em Revista*, v. 2, n. 2, p. 100-112, 2016. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/gestaoedesenvolvimento/article/view/16170>. Acesso em: 08 jun. 2019.

CERTO, S.; MILLER, T. Social entrepreneurship: Key issues and concepts. *Business Horizons*, v. 51, p. 267-271, 2008. Disponível em: [https://econpapers.repec.org/article/eeebushor/v\\_3a51\\_3ay\\_3a2008\\_3ai\\_3a4\\_3ap\\_3a267-271.htm](https://econpapers.repec.org/article/eeebushor/v_3a51_3ay_3a2008_3ai_3a4_3ap_3a267-271.htm). Acesso em: 08 jun. 2019.

COSTA, B. A. L.; AMORIM, J. P. C. G.; SILVA, M. G. As Cooperativas de agricultura familiar e o mercado de compras governamentais em Minas Gerais. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, v. 53, n.1, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005301006>. Acesso em: 08 jun. 2019.

DAVIS, S. Social entrepreneurship: towards an entrepreneurial culture for social and economic development, 2002. Versão Eletrônica. Disponível em: <https://www.ashoka.org/files/yespaper.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2019.

DEES, J. G. The meaning of social entrepreneurship, 2001. Versão Eletrônica. Disponível em: [http://www.caseatduke.org/documents/dees\\_sedef.pdf](http://www.caseatduke.org/documents/dees_sedef.pdf). Acesso em: 08 jun. 2019.

DEFOURNY, J.; NYSSSENS, M. El enfoque EMES de la empresa social desde una perspectiva comparada. CIRIEC-España. *Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, v. 75, p. 7-34, 2012. Disponível em: [http://www.emes.net/uploads/media/EMES\\_WP\\_13-01.pdf](http://www.emes.net/uploads/media/EMES_WP_13-01.pdf). Acesso em: 08 jun. 2019.

EISENHARDT, K. Building theories from case study research. *Academy of Management Review*, v. 4, p. 532-550, 1989. Disponível em: <http://intranet.catie.ac.cr/intranet/posgrado/met%20cual%20inv%20accion/semana%203/eisenhardt,%20k.%20building%20theories%20from%20case%20study%20research.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2019.

EMATER-RO. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia. (2019). Desenvolvimento social. Disponível em: <http://www.emater.ro.gov.br/ematerro/desenvolvimento-social/>. Acesso em: 08 jun. 2019.

FERNANDES, F. Tensões na educação. Salvador: Sarah Letras, 1995.

FRANTZ, W. Educação e cooperação: práticas que se relacionam. Sociologias n. 6. Porto Alegre: jul/dez 2001.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HARAYAMA, Y. E NITTA, Y. Transforming innovation to address social challenges. In OECD, Fostering innovation to address social challenges: workshop proceedings (p. 11-17), 2011. Disponível em: <http://www.oecd.org/science/inno/47861327.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2019.

LATOURETTE, B. Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: Edufba, 2012

LONG, N. Development sociology: actor perspectives. London and New York: Routledge, 2001.

MANCINI, A. Redes de Colaboração Solidária: aspectos econômicos filosóficos: complexidade e libertação. São Paulo: Vozes, 2002.

MAIR, J.; MARTI, I. Social entrepreneurship research: a source of explanation, prediction and delight. Journal of World Business, v. 41, p. 36-44, 2006. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.210.199>. Acesso em: 08 jun. 2019.

MAIR, J. Social entrepreneurship: taking stock and looking ahead. IESE Business School – University of Navarra Working Paper, 2010. Versão Eletrônica. Disponível em: <http://www.iese.edu/research/pdfs/DI-0888-E.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2019.

MERRIAM, S. B. Qualitative research: a guide to design and implementation. San Francisco: John Wiley and Sons, 2009.

MULGAN, G. Social innovation: what it is, why it matters and how it can be accelerated. Skoll Centre for Social Entrepreneurship Working Paper, 2007. Disponível em: <http://www.sbs.ox.ac.uk/centres/skoll/research/Documents/Social%20Innovation.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2019.

OECD. SMEs, entrepreneurship and innovation, 2010. Versão Eletrônica. Disponível em: [http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/industry-and-services/smes-entrepreneurship-and-innovation\\_9789264080355-en](http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/industry-and-services/smes-entrepreneurship-and-innovation_9789264080355-en). Acesso em: 08 jun. 2019.

PARNELL, E. Cooperação: uma bela ideia. Lisboa: CASES, 2012.

PINHO, D. B. O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.



PEREDO, A. M. E MCLEAN, M. Social entrepreneurship: A critical review of the concept. *Journal of World Business*, 2005. Disponível em: <http://web.uvic.ca/~aperedo/page1/assets/Social%20Ent%20the%20Concept.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2019.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. Manual de investigação em ciências sociais (3a. Ed.). Lisboa: Gradiva, 2003.

SCHNEIDER, J. O. (Coord.). Educação e capacitação cooperativa: os desafios no seu desempenho. São Leopoldo: UNISINOS, 2010.

SOUSA, M.; BAPTISTA, C. Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios: segundo Bolonha. Lisboa: Practor, 2011.

UNICAFES. União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária. Documento Base V Congresso, Brasília, 2017a. Disponível em: <<http://unicafes.org.br>>. Acesso em 10 jun. 2019.

UNICAFES. União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária. Análise das ações desenvolvidas na fase piloto do PECSOL, Brasília, 2017b. Disponível em: <<http://unicafes.org.br>>. Acesso em 10 jun. 2019.

UNICAFES Nacional. Programa de Educação do Cooperativismo Solidário (PECSOL). Módulo II: modelo de gestão do cooperativismo solidário: participação e controle social. VITA CRED – VITA EDUC, Brasília, 2018.

WEERAWARDENA, J.; MORT, G. Investigating social entrepreneurship: a multidimensional model. *Journal of World Business*, v. 41, p. 21-35, 2006. Disponível em: [http://www.topaz.org.il/\\_Uploads/dbsAttachedFiles/social\\_entrepreneurship\\_multidimensional\\_model\\_2006\\_JWB.pdf](http://www.topaz.org.il/_Uploads/dbsAttachedFiles/social_entrepreneurship_multidimensional_model_2006_JWB.pdf). Acesso em 10 jun. 2019.

YIN, R. K. Case study research: design and methods (4a. ed.). SAGE Publication, 2009.

ZAHRA, S. A.; RAWHOUSER, H. N.; BHAWE, N.; NEUBAUM, D. O.; HAYTON, J. C. Globalization of social entrepreneurship opportunities. *Strategic Entrepreneurship Journal*, v. 2, n. 2, p. 117-131, 2008. Disponível em: <http://www.irproje.com/userfiles/610033%281%29.pdf>. Acesso em 10 jun. 2019.

ZANCO, A. M. A contribuição do PECSOL para aprendizagem dos diretores como multiplicadores do conhecimento no cooperativismo. Francisco Beltrão, 2016. Disponível: <tede.unioeste.br/bitstream/tede/3033/5/Alcidir%20M.%20Zanco2017.pdf>. Acesso em 10 jun. 2019.

ZANCO, A. M.; CORBARI, F.; ALVES, A. F. Conexão entre as teorias de redes e as redes solidárias. *Revista GeoPantanal*, v. 24, p. 233-250, 2018. Disponível em: <<http://desafioonline.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/6316/4965>>. Acesso em 10 jun. 2019.